

Depois de Ayotzinapa: as esquerdas mexicanas entre a subalternidade e o antagonismo¹

Massimo Modonesi

Professor do Centro de Estudios Sociológicos da Universidad Nacional
Autónoma de México

¹ Tradução de Alvaro Bianchi.

Depois de Ayotzinapa: as esquerdas mexicanas entre a subalternidade e o antagonismo

Resumo: Este artigo está composto por quatro partes. Na primeira são reconstruídas e analisadas as raízes e passagens históricas da crise na esquerda no México. Posteriormente se destacam os principais traços da específica crise do Partido de la Revolución Democrática (PRD). Na terceira parte, avalia o impacto do movimento de protesto contra o desaparecimento forçoso dos 43 estudantes de Ayotzinapa para concluir com algumas reflexões sobre seus limites e as inércias conservadoras no contexto das recentes eleições legislativas.

Palavras-chaves: 1. Movimentos sociais; 2. Partidos de esquerda; 3. México.

After Ayotzinapa: the Mexican left between subalternity and antagonism

Abstract: This article consists of four parts. The first part analyses and reconstructs the roots and historical *passages* of the crisis of the Mexican left followed by the second part highlighting the key features of the crisis of the institutional Party of the Democratic Revolution (PRD). The third part evaluates the impact of the nationwide social movement that protested against the kidnapping and murder of 43 students from Ayotzinapa Teachers College in 2014 and discussing some final considerations over its limits and the conservative inertia in the context of the recent legislative elections.

Keywords: 1. Social movements; 2. Left parties; 3. Mexico.

Dizer que a esquerda mexicana está em crise se converteu em um lugar comum que, ainda que tenha aparecido e reaparecido ao longo da história recente, se instalou nos últimos anos como uma convicção generalizada na opinião de cidadãos e analistas e, em particular, o que é mais significativo e desconcertante, como chave histórica para uma geração inteira, com crescente aversão desde o massacre de Iguala e o desaparecimento forçado de 43 normalistas de Ayotzinapa. Uma geração que, desde o #YoSoy132 e, passando pelo movimento atual, se mobiliza e politiza sem rumos claros, nem cristalizações organizativas duráveis, mas com força, radicalidade e potencial subversivo que, ainda na ausência de firmes ancoras classistas e antigas referências ideológicas, parece ser a única possibilidade de construção-reconstrução de uma esquerda antagonista e antissistema com certa presença e influência no México.

A ideia de crise, com sua polissemia, permite focalizar dois níveis problemáticos e estreitamente articulados da vida das esquerdas, e do desgaste ou desaparecimento de suas formas “efêmeras” (partidos, organizações ou movimentos), mas também o enfraquecimento e, ao mesmo tempo, a oportunidade de revivificar a esquerda como movimento histórico, como conjunto de formas de organização diferentes e difusas, como posturas e práticas políticas surgidas de um marco comum de ideias e atitudes, em particular de uma cultura da crítica e uma disposição à luta. Antonio Gramsci dizia que a crise é um interregno entre o velho que morre e o novo que nasce, que poderia se traduzir, no México de hoje, na sobreposição da crise de uma

esquerda subalterna que não termina de morrer e a emergência de uma esquerda antagonista que não acaba de nascer.²

No afã de contribuir a desemaranhar, este entrecruzamento, nos parágrafos seguintes, antes de referir-me aos principais traços da crise histórica da esquerda subalterna, repassarei aquelas que considero as raízes e passagens históricas da crise geral das esquerdas no México para posteriormente concluir com algumas reflexões sobre a conjuntura relativas às eleições legislativas de 7 de junho de 2015

Raízes e passagens da crise da esquerda mexicana

Para evitar circunscrever o desgastado tema da decomposição do *Partido de la Revolución Democrática* (PRD) em uma análise das culpas, traições ou responsabilidade dos grupos dirigentes, pode resultar útil alargar o olhar e revisar brevemente algumas passagens “críticas”, quer dizer, geradoras da crise, pontos de inflexão da configuração-desconfiguração das esquerdas mexicanas, evidenciando os processos de fundo, sob a hipótese que apenas revertendo ou subvertendo-os com essa mesma profundidade surgirão/ressurgirão esquerdas à altura dos desafios que enfrentamos.

A crise da esquerda mexicana em seu conjunto tem um fundo histórico e, por isso, uma profundidade societal que não se pode menosprezar sob risco de cair em um voluntarismo superficial. Neste nível, mais alto e, ao mesmo tempo, mais profundo, aparece a questão central – apenas parcialmente condicionada pelos acertos-erros dos grupos dirigentes: os vaivéns da luta de classes no México não suportaram, sustentaram ou impulsionaram um ou vários projetos

² Remeto, aqui, aos conceitos de subalternidade e antagonismo elaborados em uma proposta teórica previa. Subalternidade, enquanto mantém e promove posturas e práticas que não questionam o sistema, no melhor dos casos sustentam resistências e renegociações internas ao perímetro das estruturas e relações de dominação existentes. Antagonista, na medida das relações de dominação existentes, e na medida em que impulsiona posturas e práticas de insubordinação e rebelião tendencialmente antissistema. Não se trata de contrapor partidos a movimentos, sendo estes formatos de organização suscetíveis de preencher subalternos e antagonistas, ainda quando seja indubitável que a tendência à institucionalização dos partidos surgidos de movimentos antagonistas provoca tendências subalternizantes (MODONESI, 2010a).

da esquerda antissistema sólidos, expansivos e duradouros e sim encobriram fenômenos esporádicos e inorgânicos de mobilização.

Seria possível facilmente argumentar que isso ocorreu no México, como em outras partes do mundo, em correspondência com uma época de restauração neoliberal e, entretanto, pelo menos na América Latina na contracorrente dessa tendência geral existiram experiências muito mais significativas, tanto em seus resultados institucionais como em suas dinâmicas e enraizamentos sociais. Por ocasião da fraude eleitoral de 2006 não se esteve longe de um cenário “latino-americano”, quer dizer, de uma crise política gerada pela irrupção de um movimento popular que poderia ter dado lugar a um governo progressista liderado por Andrés Manuel López Obrador.³

Sem a pretensão de sintetizar décadas de história do tempo presente mexicano em alguns parágrafos, parece necessário apontar e, se possível, listar algumas passagens críticas, às quais aludia acima, para tratar de dar um panorama de época. Uma época que se inicia em 1988, um ano antes da data que marca o giro da história mundial, demonstrando que a queda do muro de Berlim não foi o acontecimento decisivo para a mexicana. O movimento democrático de 1988,⁴ apesar da derrota que implicou a objetiva consumação da fraude eleitoral, deixou um saldo político subjetivo e organizativo importante, reanimando e articulando vários setores da esquerda.⁵ Ao mesmo tempo, é necessário recordar como estes não conseguiram impulsionar um ciclo ascendente de lutas e tiveram que retroceder imediatamente a uma linha defensiva perante a ofensiva do neoliberalismo impulsionado pelo presidente Carlos Salinas, cujo caráter ilusório foi desmistificado com eficácia pelo levante zapatista de 1994, seis anos depois, anos de resistência que custaram muitas

³ Isso não implica idealizar os governos progressistas latino-americanos que, em sentido crítico, caracterizo como revoluciones passivas para enfatizar a dimensão de desmobilização e de controle social (MODONESI, 2013b).

⁴ As mobilizações que acompanharam a campanha eleitoral do candidato de centro-esquerda Cuauhtémoc Cárdenas e que desaguaram em protestos contra a fraude eleitoral perpetrada em favor de Carlos Salinas de Gortari, candidato do *Partido Revolucionario Institucional* (PRI).

⁵ Ainda quando, como argumentei em um livro há mais de dez anos, o nascimento do PRD implicou a morte das socialistas mexicanas, o fechamento do ciclo histórico de outra “forma” da esquerda mexicana (MODONESI, 2003).

derrotas políticas (e ideológicas, já que foram os anos hegemônicos do neoliberalismo) e muitos assassinatos de militantes de esquerda.

A partir de 1994, o impacto do zapatismo abriu um novo ciclo de lutas e de antagonismo no qual se forjou uma nova geração de militantes que se projetou em nível internacional no alvorecer do altermundialismo e inaugurou uma série de novas tendências no terreno dos imaginários e dos discursos, assim como nas dinâmicas organizacionais (PINEDA, 2015). Ao mesmo tempo, apesar das promissoras perspectivas e de uma centralidade simbólica e política entre 1994 e 2001, o zapatismo ficou preso na falida tática de pressão-negociação com o Estado e não conseguiu gerar um ruptura na política nacional. Enquanto o zapatismo alternava entre resistência local em Chiapas, pressão e agitação em nível nacional, o PRD – depois da decepção na eleição presidencial de 1995 –⁶ ganhava espaço em governos estaduais com a esperança de uma lenta acumulação de forças, uma longa marcha nas instituições que se chocou com a alternância *gatopardista* orquestrada pelo PRI e pelo PAN.

Apenas seis anos depois do histórico levante de 1994, em 2000, o sistema político se reconfigurou em um novo formato conservador, passou da derrocada do stalinismo, da crise múltipla e orgânica (econômica, do neoliberalismo hegemônico e do sistema de partido de Estado) a uma reconfiguração conservadora, à eficaz unidade das fileiras das mexicanas, agrupadas em torno do PRI e do PAN. Enquanto isso, é certo, não deixavam de ocorrer lutas sociais, operárias, camponesas, indígenas, cenários correntes de conflito e antagonismo difuso, irreduzíveis em sociedades capitalistas, mas tendencialmente dispersos, efêmeros, sem produzir acumulação nem articulação política e com resultados contraditórios. A persistência de um emaranhado de organizações sindicais, tendencialmente progressistas, classistas e combativas era condição necessária mas não suficiente para que prosperasse uma esquerda antagonista e antissistema.

Neste clima conservador, insere-se o recuo tático do EZLN depois da *Marcha del color de la tierra*, em 2001, devido ao não cumprimento dos *Acuerdos de San Andrés*, quando deixou de assumir iniciativas políticas de

⁶ Vencida novamente pelo candidato do PRI, Ernesto Zedillo, graças a uma bem sucedida estratégia de voto do medo, sem que ocorresse, nesta ocasião uma massiva fraude eleitoral.

alcance nacional e recuou para a construção da autonomia de fato, para voltar apenas quatro anos depois, ao lançar a proposta de *La Otra Campaña* (OC). A greve de 1999 na *Universidad Nacional Autónoma de México* (Unam) pode servir de exemplo do caráter contraditório das lutas nessa época. Um movimento que se projetou com força e legitimidade e obteve resultados objetivos ao impedir a aplicação de taxas de matrícula, mantendo o caráter totalmente gratuito, posteriormente se fragmentou, enroscou e terminou com um lamentável saldo negativo em termos subjetivos, subtraindo mais do que havia conseguido somar na construção de espaços de organização e capacidades de mobilização. O gosto amargo na boca deixado pela greve de 1999 não se deveu a seu desfecho repressivo e sim ao fato de que a vitória concreta, o exercício do poder de veto sobre a reforma que abria a porta para a privatização da Unam, foi uma oportunidade perdida de fortalecer a esquerda dentro e fora da Universidade, contribuindo em vez disso para enfraquece-la.

Entre 2001 e 2005, entre o recuo do zapatismo e a involução institucionalista do PRD, as esporádicas e desarticuladas lutas sociais ficaram órfãs de referenciais políticos de esquerda e, no melhor dos casos, geraram e mantiveram valiosas trincheiras comunitárias. A conjuntura de 2006 chegou, assim, como havia feito o zapatismo em 1994, como um relâmpago em um céu azul, luminoso mas efêmero, espetacular mas solitário, anunciando uma tempestade que não veio. Por não ser o produto de uma acumulação de forças no contexto de um sustentado ciclo antagonista de intensificação da luta de classes, não conseguiu provocar uma ruptura sistêmica, nem sequer uma brecha política em nível institucional, como ocorreu em vários países latino-americanos em torno desse ano.

Nas brechas que se abriram no terremoto político de 2006, que viu ocorrer ao longo de poucos meses – o lançamento da *La Otra Campaña* zapatista, as mobilizações em favor da candidatura de López Obrador, o levante em Oaxaca, os enfrentamentos em Atenco, os protestos contra a fraude eleitoral – viveram-se experiências de mobilização de grande magnitude e intensidade que polarizaram a sociedade mexicana e revivificaram o classismo – ainda que em uma versão plebeia – como princípio político-ideológico em um país onde o interclassismo tinha sido, historicamente, desde a revolução 1910-1920, o dispositivo hegemônico, a lado de seu correlato nacionalista, mais recorrente e

eficaz. Pelo persistente peso cultural do nacionalismo revolucionário e pela paralela histórica falta de influência de massas das esquerdas socialistas, o epicentro discursivo do conflito, ainda que com suas referências aos pobres e à organização-mobilização popular, não ultrapassou o umbral e o perímetro da ideologia da revolução .

As expressões mais radicalizadas, como a *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca* (APPO) e a *La Otra Campaña*, ainda que tenham representado cabalmente o clima explosivo e antagonista da conjuntura, ficaram inexoravelmente em um segundo plano. A APPO permaneceu marginalizada devido a seu caráter regional e foi posteriormente desmantelada pela repressão, a OC fundamentalmente pelo desatino tático de ter escolhido participar do debate eleitoral assumindo a López Obrador como inimigo principal e, posteriormente, por ter desprezado a participação no movimento contra a fraude.

Como em 1988, a luta contra a fraude eleitoral de 2006 foi uma grande experiência de subjetivação política e gerou e revitalizou o tecido organizacional de base, voltou a conectar formas e lugares da luta política e social mas, ao mesmo tempo, em nível objetivo, não deixou de ser uma derrota, com a reação subjetiva que isso implica. De fato, a fraude se consumou e, além disso, resultou surpreendentemente bem sucedida a estratégia do governo de Felipe Calderón de desatar a “guerra contra o narcotráfico” já que, em nível político, lhe permitiu não apenas entrincheirar-se e legitimar-se na investidura presidencial de chefe das Forças Armadas, como principalmente, ao gerar um clima bélico reconfigurou a agenda política, deslocando a clivagem neoliberalismo-antineoliberalismo que tinha ocupado um lugar importante em 2006 y conseguiu despolitizar o debate concentrando-o no tema da segurança, com toda a carga reacionária que o caracteriza.

Assim é possível compreender, indo além dos perfis pessoais, como um presidente que, como Salinas, tomou posse em meio a protestos, não se limitou à administração ordinária, como Vicente Fox, e sim, uma vez enfraquecida a oposição, respondeu a seus grandes eleitores retomando a agenda privatizadora neoliberal, atacando frontalmente o *Sindicato Mexicano de Electricistas* (SME) para eliminar um obstáculo a uma futura privatização, como pontualmente se

verificou com a reforma energética promovida pelo governo de seu sucessor, Felipe Calderón.

As lutas sociais do período, além da resistência ordinária, oscilaram entre a heroica mas trágica defesa do SME e a oposição bem sucedida à privatização do petróleo promovida pelo *Movimiento de Regeneración Nacional* (Morena), organização gerada pelos partidários de López Obrador. Os ecos das mobilizações de 2006 se dispersaram entre o som das balas e a criminalização dos protestos com a, intencionalmente calculada, militarização do país. Os movimentos passaram à defensiva tanto pela mudança do clima político como para defender seus membros das violações dos direitos humanos, da judicialização dos protestos e da a legalização da perseguição política. Apenas nesse contexto militarizado, de resistência e expressão da debilidade da esquerda, com um PRD já dominado pela corrente *Nueva Izquierda* e a fundação de Morena, em 2010, é possível entender a emergência e a centralidade que adquiriu temporariamente *Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad* (MPJD) liderado pelo poeta Javier Sicilia (MODONESI, 2010b, 2011a; 2011b e 2012).

Sob este mesmo prisma pode-se explicar porque as eleições de 2012, apesar das queixas cumuladas, não foram disputadas como as de 2006. Não tanto, ou não apenas, pela imposição construída midiaticamente, mas sim por uma correlação de forças que, desde o episódio de 2006, voltou a reconfigurar-se em favor das classes dominantes. Por isso, enquanto a nova e moderna esquerda *perredista* estava absorvida na pragmática palaciana e o movimento *obradorista*, quer dizer, Morena, era incapaz de cumprir suas promessas, o desafio maior surgiria de fora, à margem dos equilíbrios políticos estabelecidos ao longo do dos seis anos desde o grito de indignação da juventude que confluiu no movimento *#YoSoy132*.⁷

Entretanto, a espetacular mas efêmera trajetória desse movimento respondeu a um padrão bastante difundido em nossos tempos: em meio à resistência difusa, com esquerdas políticas enfraquecidas e ou pouco visíveis, surgem esporádicas explosões de mobilização que sacudiram à sociedade mas

⁷ Movimento de estudantes contrários à imposição midiática do candidato do PRI, Enrique Peña Nieto, que irrompeu no cenário eleitoral de 2012 convocando uma série de marchas multitudinárias e várias outras atividades de protesto.

não conseguiram gerar uma ruptura, nem deixar um legado organizativo duradouro e sim uma bagagem de experiências significativas que não desaparecem mas tendem a dispersar-se.

A crise da esquerda subalterna

A ideia de esquerda refere-se à concretização política-ideológica-organizativa de um movimento real e, nesse sentido, a dissociação entre as lutas e qualquer forma de concretude na esquerda é o parâmetro a partir do qual se pode avaliar tanto o alcance como a reversibilidade da crise presente. Esquerda-partido e esquerda-movimento são âmbitos que historicamente se contaminam mutuamente, já que os partidos surgem e se desenvolvem no ambiente de esquerda das lutas sociais, ambiente difuso que os partidos pretendem estruturar, adensar e politizar e vice versa, as práticas difusas se retroalimentam ou se projetam em direção a perspectivas, referências e modalidades organizativas que lhes outorgam força, coerência e sentido em relação ao enfrentamento pelo poder.

No México, porém, este vínculo orgânico, que na prática nunca opera perfeitamente, parece ter se rompido irremediavelmente pela separação, quando não pela contraposição, entre os três polos da esquerda partidária. De um lado, o PRD em sua versão *Nueva Izquierda*; de outro os defensores do PRD histórico (as correntes opostas a NI e o que permanece do *neocardenismo*) e o *pós-perredismo obradorista* organizado em Morena; e, ainda, o campo mais difuso e diverso de posturas e movimentos, organizações sociais, coletivos, outras expressões que habitam distintas trincheiras da sociedade civil até chegar a expressões individuais.

Se esta fratura é um abismo evidente e irreversível para o caso do PRD novo-esquerdista também é visível no caso dos nostálgicos do PRD histórico. Também cabe perguntar se Morena tem recursos éticos e políticos para se manter vinculado e ancorado na esquerda difusa e para se converter em um instrumento político que a potencialize e, vice versa, ser percebido como tal, e até que ponto pode sustentar-se e expandir-se como projeto de organização

social e não apenas de renovação de quadros nos espaços de representação e de governo local.

Se o sintoma da fratura e a distância entre a esquerda partidária, institucionalizada e eleitoral e a esquerda socialmente difusa, ainda é preciso detectar a doença. O que está em crise ou o que a gerou? Depois de ter assinalado brevemente o processo geral das lutas de classes cabe perguntar se não existe uma crise de projeto. Que projeto? O projeto da Revolução Democrática de 1988 ou sua versão mais institucionalista que se desenvolveu a partir de 1997 ou o projeto da *Nueva Izquierda* que se torna totalmente dominante depois de 2006? Trata-se de três variantes de uma mesma linha política, fundamentalmente institucionalista, ou de uma progressiva inclinação em direção ao institucionalismo exasperado pela *Nueva Izquierda*?

A decomposição do *perredismo* – que parte de tal lugar que pode confundir-se com sua própria trajetória histórica – apresenta-se fundamentalmente como moral, como uma progressiva perda de valores às custas de um correspondente aumento da corrupção em todos os sentidos amplos e restritos da palavra. Ao mesmo tempo, sem negar a profundidade disso, se estamos falando da esquerda ou seja, de um projeto de transformação social e não apenas da clivagem honestidade/corrupção, a crise do PRD é política em toda a amplitude da palavra.

Depois da reforma de 1978, que legalizou as esquerdas, abrindo-lhes a porta da participação eleitoral, mas de forma acelerada depois de 1997, quando estas começaram a ocupar espaços de governo, as ênfases e o acentos foram se deslocando em direção o uso instrumental da democracia eleitoral e representativa que promoviam as esquerdas socialistas para dar visibilidade e promover a luta de classes, a um uso clientelista da organização popular como plataforma para sustentar candidaturas e garantir reservas de votos. De um recurso para sustentar o antagonismo, a participação eleitoral promoveu um círculo vicioso de produção e reprodução da subalternidade. O institucionalismo com seu corolário de eleitoralismo se converteu no traço que caracterizou a forma do partido, suas práticas e tendencialmente também seu discurso, a matriz que lhe conferiu um inequívoco perfil subalterno, tanto por sua subordinação a outras forças (políticas e econômicas), como porque

impulsionou a conservação de estruturas de dominação e, portanto, a perpetuação da condição de subalternidade que as caracteriza.

A crise do PRD é, portanto, uma crise do institucionalismo de esquerda, uma versão eleitoreira, estatista e burocrática da mudança social, centrada na perspectiva de reformas das instituições existentes. Uma crise que se manifesta, inclusive, em seus próprios parâmetros já que, com a exceção da cidade do México, esse giro não permitiu obter os resultados eleitorais nem garantiu uma penetração institucional duradoura, elementos que eram apresentados como os objetivos que permitiam justificar o giro eleitoreiro e a paulatina e consequente “desesquerdização” com vistas a promover uma aliança interclassista.

Apear dos resultados eleitorais decepcionantes a disputa pela penetração institucional deixou paulatinamente de ser uma mera questão tática, assentou-se como um fim estratégico e passou a ser um elemento constitutivo, a razão de ser da existência de uma forças política inexoravelmente institucionalizada em sua concepção da política e da mudança social, ainda que mantivessem até certo momento, alguma base social organizada e um que outro vínculo com organizações e movimentos populares.

Ao longo de sua história, o *perredismo* em seu conjunto foi diluindo sua “diversidade” esquerdista, sua contra-face movimentista e o alcance transformador do projeto de revolução democrática em uma progressiva inclinação institucionalista, eleitoreira, “consertacionista”, de conciliação com o governo e os dois principais partidos de direita do México, confundindo-se sempre mais com o PRI ao incorporar de maneira crescente práticas tradições e quadros *priistas*. O PRD terminou pactuando seu ingresso subalterno em um projeto “partidocrático” de dominação política, assumindo a tarefa política de sustentar a submissão das classes subalternas, subordinando seus interesses aos das classes dominantes. A transição de um sistema partidário de Estado, orientou-se paulatinamente em direção ao bipartidarismo PRI-PAN para culminar no tripartidarismo de Estado ao ingressar o RD no pacto “partidocrático”. Nesta trajetória, a noção de esquerda terminou sendo simplesmente geométrica e por isso sistemicamente aceitável, uma distinção formal, sem nenhum fundamento real, ascética, legitimadora e não ameaçadora, com o único traço distintivo, além da episódica retórica nacionalista antiprivatização, de uma maior atenção às políticas sociais, como ocorreu com

os governos da capital federal, sem que isso implicasse ir além do assistencialismo que caracterizava as políticas *priistas* pré-neoliberais.

É verdade que Morena surgiu em contraposição a vários aspectos da inclinação institucionalista encarnada por *Nueva Izquierda* e que sustenta posturas que, em vários pontos substanciais, são diferentes (mais progressista, mais nacional-popular, mais basista-movimentista, mais opositor, mais atento à questão ética, etc.). Ao mesmo tempo, é evidente que a oscilação ou ambiguidade de acordo com os cenários e os interlocutores dos discursos e das práticas de um movimento cuja base social é, em vários lugares, genuína expressão organizada das classes subalternas mas a maioria dos quadros e da direção são provenientes de grupos e frações formadas no PRD, muitos deles com antecedentes no PRI.

Em 2010, às vésperas do surgimento de Morena, sugeri que esta nova organização drenava a alma política e histórica do PRD,⁸ o projeto de revolução democrática, deixando-o como uma casca vazia, como sigla que poderia sobreviver nominalmente, mas que morreria substancialmente na medida em que se esvaziava seu sentido político e histórico. Nesse sentido, se bem é certo que morena esta apresentando um projeto político sensivelmente diferente de *Nueva Izquierda*, ao mesmo tempo, seus elementos ideológicos fundamentais, em particular o institucionalismo como marco e horizonte político, não deixa de ser o do PRD histórico e, dessa maneira, não rompe com a lógica de uma revolução democrática limitada aos marcos institucionais vigentes, não sai do círculo de reprodução da subalternidade.

Morena, ainda que muitos, em particular Cuauhtémoc Cárdenas, não queiram reconhecê-lo, tenta refundar o PRD ou, se preferir, atualizar esse projeto histórico com algumas diferenças de formato: um perfil plebeu e de mais marcado, de um maior discurso de confrontação e de um menor peso

⁸ Em um artigo escrito em 2010 sustentei seguinte: “O surgimento de um partido-movimento que relança o projeto nacional-popular como Morena drena a essência política e o espírito histórico do PRD. A prolongada crise do PRD desembocou em sua morte clínica como expressão de um projeto histórico, ainda quando se prolongue a existência de um instituto partidário com o mesmo nome e outras características. Nesse sentido, como contraparte, terminou também a tão problemática e polêmica crise do PRD porque, com essa mutação genética, rescinde-se o vínculo com o passado. Ainda que continue existindo um PRD em México, já não será o herdeiro legítimo do ‘partido do 6 de julho’” (MODONESI, 2011c).

interno de quadros e grupos com relativa independência da liderança carismática. Mas além disso, não há, substantivamente, maiores diferenças ideológicas ou de projeto (Luna, 2015). À margem de seus aspectos conjunturais, a crise de fundo que aflorou nos últimos anos e explodiu na conjuntura suscitada pelo desaparecimento forçado dos 43 estudantes de Ayotzinapa é uma crise do projeto político em seu conjunto e, por isso, a recuperação da pureza das origens que evocam tanto explicitamente (como López Obrador), como implicitamente,⁹ parece insuficiente para oferecer uma saída à altura das circunstâncias, que implicam uma refundação da esquerda como força antagonista e antissistema, que se alimente fundamentalmente de processos de politização, organização, mobilização e radicalização.

Antagonismo e politização da juventude

Nos meses prévios às eleições de 7 de junho de 2015, o movimento *Nos faltan 43* perdeu impulso e massividade, apesar da questão dos 43 desaparecidos continuar como sombra no cenário político e os protestos deixarem marcas profundas na consciência de amplos setores da população, aprofundado a rejeição do sistema político, o qual poderá incrementar os já elevados índices de abstenção eleitoral e anulação dos votos (VVAA, 2015).

Em efeito, para além da conjuntura, a resposta de indignação que gerou o massivo e prolongado movimento de protesto é de grande relevância social e política e de dimensão histórica. A palavra-de-ordem generalizada “Foi o Estado” expressou a clara percepção das responsabilidades desta operação de terrorismo de Estado, mas também se estendeu à crise política na qual se encontram submersas as instituições públicas e o pacto social que deveria sustenta-las. Ao mesmo tempo, ainda que possamos afirmar que a mobilização por Ayotzinapa é uma expressão da crise de reprodução que atravessa o Estado e o regime político mexicano, é preciso reconhecer que não se trata, a primeira vista, de uma crise orgânica, total ou terminal, precedida e provocada pela

⁹ Ainda que Andrés Manuel López Obrador tenha seu próprio referencial do “Estado nascente” de seu próprio movimento entre 2005 e 2006, as mobilizações de massas que marcaram a campanha em favor de sua candidatura e a luta contra a fraude eleitoral.

existência de um poder que dispute e ameace seriamente a configuração da esfera estatal. Prova disso é que o vendaval passou, a política voltou a seu curso cotidiano e o PRI voltou a manobrar, sem hegemonia mas com eficácia, as redes, relações e estruturas que sustentam o regime político, social e econômico atualmente existente em México.

Na conjuntura ficaram cristalizados nítidos elementos antagônicos, mas se evidenciaram, também, fortes traços subalternos que não puderam ser superados na medida em que a mobilização não conseguiu expandir-se e potencializar-se a ponto de gerar uma ruptura institucional. Frente à impossibilidade-incapacidade de alcançar um êxito político contundente, afloraram as divergências, tensões e divisões no interior do discurso e das práticas do movimento.¹⁰

Tudo somado, os protestos massivos e reiterados representaram uma importante ruptura simbólica ao desnudar os aspectos nodais do atual regime político mexicano. Geraram uma visibilidade que permitiu uma difusa tomada de consciência e, ao mesmo tempo, um processo sustentado de mobilização, de dinâmicas de agregação e de ação coletiva de uma juventude que já tinha se mobilizado com força em 2012. Uma geração que não se tinha mobilizado nos anos anteriores – salvo efêmeras e limitadas convocações, como, por exemplo, a dos acampamentos de indignados de 2011 que serviram para estimular vários jovens que posteriormente se mobilizaram com o *#YoSoy132* – e que podemos chamar genericamente de geração pós-zapatista, que sucede a geração zapatista que se mobilizou intensamente entre 1994 e 2001 (MODONESI, 2013a, 2012a).

Nesse processo de politização antagonista, em sua projeção ou involução, se decidem as perspectivas de renovação ou refundação de uma esquerda antissistema no México. Em meio à persistente subalternidade da esquerda partidária e de numerosas organizações sindicais e sociais, no México já se tornou recorrente a emergência de expressões sócio-políticas de antagonismo, de ciclos de mobilização e radicalização, como o que caracterizou os protestos contra o desaparecimento dos 43 normalistas. Nesses processos de luta se

¹⁰ Apareceram velhas e novas linhas de contraste e debate em torno da definição do projeto, da ideia de Estado e de autonomia, dos tempos e ritmos da confrontação e a transformação social, do papel e o lugar de diferentes formas de violência na luta, das formas de organização.

forjam experiências, forças e posturas antagonistas e tendencialmente antissistema. Antagonistas na medida em que surgem e se retroalimentam de lutas francas e abertamente contestatórias que, na configuração sistêmica mexicana atual, implicam em uma postura antineoliberal e antipartidocrática. Mas esse antagonismo não é forçosamente, plenamente ou imediatamente anticapitalista, ainda que o anticapitalismo seja, possa ou deva ser um ingrediente necessário que opera no subsolo dos processos concretos e serve de referência e orienta como horizonte emancipatório.

Entre os jovens, fundamentalmente estudantes, que participaram e se radicalizaram entre 2012 e 2014 é perceptível uma sensibilidade antissistema, um antagonismo que se respira no ar e se transforma no clima da época e sua característica geracional. Ao mesmo tempo, isso somado a outras frentes de lutas existentes no país, parece não ser ainda suficiente para configurar um contra-poder duradouro, capaz de exercer um poder de veto, bem como impulsionar um polo alternativo à esquerda partidária, institucionalista e subalterna. No momento, expressou-se esporadicamente como explosão conjuntural e inorgânica, deixando um rastro importante na história do país e marcas em sua juventude e em amplas camadas da sociedade. Esta é uma geração que foi se politizando no calor da mobilização antissistema, contra os poderes fáticos, contra o Estado e a esquerda subalterna. Nem mais, nem menos.

À luz de um avançado processo degenerativo e do acontecimento que precipitou, o desaparecimento dos 43, fechou-se definitivamente o ciclo histórico iniciado em 1988, um ciclo protagonizado por uma forma determinada da esquerda mexicana. Perante o fim do ciclo, que sem dúvida, como todo processo histórico, pode durar anos, o que se inicia é um necessário e inevitável processo de refundação da uma esquerda antagonista que implica, ainda que em meio a inevitáveis elementos de continuidade, fortes doses de ruptura e de descontinuidade que, na minha perspectiva, não podem ser processadas nos espaços partidários existentes, seus quadros, suas coordenadas ideológicas e suas culturas políticas. Embora seja possível que esses espaços não desapareçam e inclusive, no caso de Morena, cresçam e prosperem eleitoral e institucionalmente entre nas eleições de 2015 e 2018, o grau de descontinuidade que se requer para superar a crise terá que emergir de um fator novo, que

possivelmente terá uma coloração geracional. Dito de outro modo, uma esquerda antagonista e antissistema que corresponda à crise sistêmica, tanto política como socioeconômica, somente pode emergir externamente ao perímetro sistêmico no qual se colocou historicamente o PRD e continuam colocando-se seus diferentes herdeiros novo-esquerdistas ou *pós-perredistas* que sejam.

Continua sendo o Estado

Uma aparente contradição ronda o movimento atual da história política mexicana. O grito “foi Estado” que retumbou nas consciências e nas ruas por causa dos desaparecimentos Iguala, colocou na segunda metade 2014, o tema da definição do Estado e da estatalidade a partir da lógica e da prática do antagonismo, dos protestos e das lutas, desestabilizando – pelo menos simbolicamente – a ordem política-estatal atualmente existente em México. Por outro lado, na rápida sequência, a campanha eleitoral e as eleições 7 de junho de 2015 conseguiram estabilizar, num sentido conservador, essa ordem a qual pode agora ostentar uma normalidade institucional recobrada e vangloriar-se da inexorável afirmação das rotinas eleitorais, máxima expressão da eficácia da máquina institucional. O objetivo maior era e continua sendo legitimar o deslegitimado para conseguir o pleno reestabelecimento da relação de subalternidade, assentar a subordinação na recondução das práticas políticas ao exercício delegativo no horizonte limitado ao perímetro do sistema de partidos existentes. Nesse sentido, a eleição de 7 de junho foi, sob todas as luzes, uma *eleição de Estado*, orientada a reajustar o complexo vigamento sistêmico do poder de mando que havia sido afetado pelas sequelas do desaparecimento 43 normalistas. O retrocesso relativo do bloco oficialista e o aparecimento em cena de Morena são detalhes menores, ainda que não,¹¹ de um quadro que necessita

¹¹ Particularmente, não seria necessário entrar na armadilha do debate com relação ao copo meio cheio ou meio vazio dos resultados eleitorais de Morena. De forma equânime e à margem das leituras detalhadas, em traços amplos é possível uma leitura que não menospreze seu *debut* e, em particular, seu resultado na Cidade do México, sem cair em triunfalismo que não corresponde aos números reais e sua distribuição ao longo território da República.

ser entendido, em primeira instância, a partir de uma histórica e política mais ampla.

A questão de fundo a ser analisada, a meu ver, é, então, a rápida sucessão de duas situações e cenários de sentido oposto. Primeiro ato, a denúncia mobilizadora sob a palavra-de-ordem “Foi o Estado”, que revelava o uso repressivo e coercitivo do aparato público e que impulsionava a indignação multitudinária frente aos ataques como acontecimento detonador. Segundo ato, a resignada afirmação “é Estado” que acompanha a poderosa inércia estabilizadora e conservadora mobilizada no processo eleitoral, a reconstrução do consenso passivo – real ou simulado – a partir de práticas de governo, no marco das dinâmicas gerais do regime político atual.¹² Além de sua função de ritual legitimador, as eleições intermediárias foram concebidas, nesta ocasião, como resposta e antítese a “Foi o Estado”, como uma tentativa de superação definitiva do ciclo de mobilização e operaram concretamente, como já é de hábito, por meio de mecanismos de despolitização, por meio da proliferação de formatos vazios que incrementaram o grau de delegação perante a capacidade de eleição consciente e informada: nomes de candidatos com letras maiúsculas, cartazes com caras sorridentes, palavras e atos o mais ambíguos e insignificantes possíveis.

Em menos de um ano o cenário parecia ter se movimentado de um amplo questionamento antagonista a uma igualmente estendida aceitação subalterna do quadro estatal e do que ele contem: regime político, níveis de governo e sistema de partidos incrustados nos diferentes âmbitos da função pública e dos órgãos legislativos.¹³ Poderia se argumentar que, depois do vendaval de

¹² Um regime presidencialista e “partidocrático” baseado na alternância conservadora surgida em 2000 com a abertura ao PAN, e que tendia a incluir PRD em uma lógica de tripartidarismo de Estado, sem considerar os partidos satélites (o *Partido Verde Ecologista de México*, do PRI; *Partido del Trabajo e Movimiento Ciudadano*, antes do PRD, agora possivelmente de Morena).

¹³ O “cenário”, a correlação das forças em movimento, mexeu-se mais que as opiniões das pessoas concretas, embora também indivíduos e grupos tenham passado de um deslocamento antagonista a reposicionamento conservador, conforme às coordenadas mais profundas de uma cultura política dominante, cuja *suspensão* temporal não implica uma ruptura mais profunda. A análise das culturas políticas na encruzilhada entre condicionamento classista e colocação na progressismo-conservadorismo ultrapassa o alcance deste artigo, mas não deixa de fundamental para poder avaliar todas as implicações da passagem sequencial que queremos destacar.

protestos, reapareceram e se afirmaram fatalmente as práticas e os recursos hegemônicos para legitimar a ordem política existente, apagando a sombra sinistra do Estado visto como mera dominação, despotismo e imposição. Mas *consenso* e *coerção* são duas cara da mesma moeda, dois aspectos que se combinam de forma diferenciada, se fazem mais presentes e visíveis de acordo com as circunstâncias, marcando conjunturas variáveis de um mesmo processo geral.

Para nos interrogarmos sobre a natureza desigual e combinada do exercício do poder político em México podemos apelar ao alcance analítico da já evocada distinção entre dominação e hegemonia e vinculá-la com alguns dos argumentos do debate marxista sobre o Estado. Em particular, os argumentos sustentados pela denominada leitura instrumentalista – que insistia em caracterizar o Estado como aparato e em enfatizar seu uso por parte das classes dominantes – frente a outra leitura, que destacava a chamada autonomia relativa do Estado, em um enfoque estruturalista que assumia que a luta de classes penetrava o âmbito estatal que se convertia em um espaço de disputa, de equilíbrios diversos que não excluía a possibilidade de impulsionar transformações de caráter social-democrático.¹⁴ Em um nível mais concreto, ainda que possamos considerar que ambas as perspectivas iluminam aspectos que coexistem na realidade, a segunda hipótese permite caracterizar melhor os matizes das experiências de governos progressistas de ontem e hoje, enquanto a primeira parece ser mais adequada para dar conta do papel e do lugar do Estado quando são as direitas que exercem o poder executivo.

Seguindo essas pistas, é necessário reconhecer que a ideia que se generalizou a partir do movimento *Nos faltan 43* sobre o Estado criminal, repressor e infiltrado somada à constatação de que o PRI retornou em 2012 para impor uma agenda neoliberal *dura*, expressão de claros interesses classistas e imperialistas, contribuem para sustentar a tese de que em México, ao contrário de outros de países latino-americanos governados por forças progressistas, ocorria, implementava-se ou inclusive se aprofundava o exercício de *dominação sem hegemonia*. Uma dominação sem vocação hegemônica, na qual se

¹⁴ Outra corrente fundamental deste debate é o chamado *derivacionismo*, que colocava acento na relação entre capital e Estado, para uma visão geral do debate marxista com particular atenção para o derivacionismo ver Clarke (1991) e Thwaites Rey (2007).

tornaram secundárias ou simplesmente desapareceram as intenções, os elementos e os fatores hegemônicos, a busca de legitimidade, o cuidado das aparências e as formas, o equilíbrio e a medida para que a dominação seja tolerada e aceita e toda a forma de dispositivos e procedimentos da arte da política, tal como foram sendo concebidos desde a irrupção das massas na cena histórica. A dominação sem preocupação hegemônica se converte no império da imposição cínica, sem pudor democrático, no qual o mandato eletivo é percebido como oportunidade temporalmente limitada de enriquecimento por meio da pilhagem, ao estilo dos governadores das províncias romanas.

Nesta ótica, o Estado, o regime e os sucessivos governos se tornam meros instrumentos nas mãos das classes dominantes e aparecem, como tal, ferramentas ao serviço de um bloco de poder cujos contornos, no México atual, superam as fronteiras nacionais e abraçam as esferas legal e ilegal da acumulação capitalista. “É o Estado” como aparato repressivo que criminaliza, encarcera, golpeia, tortura e eventualmente desaparece pessoas, mas também é o Estado, como instância jurídica que privatiza, que promove e defende os interesses privados de reduzidos setores da população. O Estado da violência repressiva e da violência da espoliação, do uso da força para garantir a ordem ou a desordem necessária para a realização dos lucros.¹⁵ Violência repressiva que se desliza na cotidianidade por meio da militarização da segurança pública e a criminalização os protestos, processos sempre mais profundos, de alcance estrutural, de reestruturação da matriz estatal, e não políticas episódicas e seletivas. Esse desenho repressivo serve tanto para debilitar constantemente os contra-poderes existentes como para fazer frente às conjunturas mais críticas e aos eventuais e prováveis transbordamentos de movimentos de protesto provocados pelo aprofundamento de políticas neoliberais. Isso confirma que a atitude perante o dissenso não é a busca do consenso e sim assumir os custos políticos da renúncia à solução hegemônica, tendo pronta e operante a solução coercitiva.

¹⁵ Nesse sentido se entende o debate sobre o caráter peculiar de um padrão de acumulação baseado no transbordamento das atividades ilícitas e das que, embora acobertadas por uma legalidade mercantilista, violentam os territórios e as comunidades que os habitam, com o crescente império da violência estatal, paraestatal e criminal que acompanha este ataque aos bens comuns naturais, a terra e a água em particular.

No plano estritamente político, o Estado como instrumento e como aparato de poder encobre um regime e um sistema político centrado em um sistema de partidos que tende ao despotismo “partidocrático”. “É o Estado” das eleições, do *Instituto Nacional Electoral* (INE), do multipartidarismo de Estado. Da percepção desta estrutura do multipartidarismo e da denúncia de que “foi o Estado” se alimentaram e impulsionaram, por ocasião das eleições do dia 7 e junho, o movimento de boicote, o voto nulo e o abstencionismo de esquerda, diferentes expressões de uma mesma rejeição. É importante diferenciar o voto nulo *de esquerda* para não confundi-lo, como intencionalmente alguns fizeram, os argumentos e as intenções dos liberais daqueles dos socialistas e anarquistas. Assim como haveria que destrinchar, também, as diferenças entre estes dois últimos. Com relação a esta questão, amplamente debatida nos meios de comunicação, é necessário registrar a descomunal investida de colunistas e “opinólogos” de todos os tipos contra a postura daqueles que propunham anular seu voto ou abster-se de.¹⁶ Embora seja possível entender o interesse imediato dos dirigentes de Morena, não deixou de surpreender a virulência dos ataques contra os “inimigos do povo” e a lógica auto-referenciada do patriotismo de partido que os animava.

É bom dizer, mesmo que de passagem, que com vistas a legitimar as eleições minimizou-se o impacto da abstenção e do voto nulo. Os números indicam que não foi massivo nem qualitativamente mais elevado do que em eleições intermediárias. Mas esses são argumentos internos à lógica estritamente eleitoral, os quais não tomam em consideração elementos do contexto social e político, como, por exemplo, que tendencialmente e devido aos níveis de instrução e informação crescentes, o voto nulo é sempre menos o resultado de um erro na hora de emitir o voto e que são crescentes as práticas de voto diferenciado, por meio das quais se anulam algumas cédulas enquanto, eventualmente, se vota em algum candidato ou, mais importante ainda, que se tratava de eleições nas quais a onda de mobilizações do magistério e o movimento em solidariedade a Ayotzinapa, junto com as imposições das contrarreformas, assim como o batismo de Morena introduziam elementos de

¹⁶ Nas redes sociais apareceram todas as posturas, de maneira muito livre e caótica, como é próprio desses meios.

disputa e politização, contribuindo a gerar um ambiente de maior politização, potencialmente suscetível a aumentar a participação eleitoral, a qual, entretanto, não aumentou, possivelmente porque distintas tendências se neutralizaram uma à outra. Mas nesse sentido, assumir que ao lado do PRD o grande perdedor das eleições do 7 de junho foi o voto nulo é uma leitura simplista.

A unidade em defesa do valor democrático destas eleições intermediárias acrescentou interesses diferentes mas cuja convergência não deixa de dar conta e de sustentar-se sobre um piso comum, um acordo básico de princípios. Se os partidos oficialistas de Estado defendiam estrategicamente uma ordem política e seu mecanismo fundamental de reprodução o, o único partido de oposição defendia seu perfil e sua vocação “alterestatalista”, quer dizer, sua aposta por disputar o poder estatal respeitando e aceitando taticamente as regras do jogo eleitoral. Por outra parte, Morena, ainda que sua composição interna seja diversa e não esteja completamente definida, não adota uma postura clara com relação a um projeto de transformação *do* Estado existente, enquanto que é explícita sua intenção de impulsionar reformas *a partir do* Estado.

Finalmente “é o Estado” e “continua sendo o Estado” é o ápice da relação social primordial que reproduz o conservadorismo na sociedade mexicana, a plataforma cultural que, vice versa, mantém a permanência das instituições. Neste terreno é onde as teses instrumentalistas são inquestionáveis em sua lógica elementar – o Estado é um instrumento de produção ideológica nas mãos das classes dominantes – e, ao mesmo tempo, se apagam, na medida em que aparece a dimensão da hegemonia, já que a ideologia não se impõe grosseiramente, difunde-se, irradia-se, semeia-se e se colhe. Sob o pressuposto da busca de um exercício hegemônico do poder, as classes dominantes mandam utilizando instrumentos que tendem a gerar consenso e, portanto, reconhecem e incorporam demandas, utilizam formas toleráveis e negociam constantemente com os subalternos os termos do exercício do poder de mando. A imposição não é simples, é o resultado de uma determinada correlação de forças, ou se realiza sutilmente, acompanhada de uma mistura de concessões e manipulações. Nesse sentido, Gramsci sugeria não deixar de ver uma versão ampliada ou integral do, “sociedade política + sociedade civil”, na qual nesta última se realizavam plenamente a hegemonia necessária para encorajar o Estado no sentido estrito, restringido, como órgão do poder político.

Mas o Estado, no México, deixou faz décadas de ser concebido em chave ampliada, de apoiar-se principalmente na busca do consenso, na conquista hegemônica das trincheiras da sociedade. Ao mesmo tempo, não se pode negar que, em torno dos interesses das classes dominantes e, portanto, com vistas a manter a estabilidade da ordem política, continuam realizando-se uma série de operações hegemônicas, principalmente de propaganda e manipulação, em uma ampliação instrumental e não orgânica, midiaticizada, midiaticamente amplificada, da capacidade de persuasão. Dispositivos e práticas que de hegemonia *negativa*, que não comporta uma adesão ativa, positiva, que não gera consenso real e sim conformismo, salvo as franjas ativas na defesa do modelo neoliberal e de seu desperdício consumista, em particular a intelectualidade orgânica que vertebra as estratégias de comunicação. As eleições são o momento institucional por excelência dessas práticas de legitimação passiva e delegativa da ordem política. Elas tem sido historicamente passagens arriscadas e perigosas nas quais excepcionalmente podem irromper movimentos e projetos progressistas (1988 e 2006) e geralmente demonstram, particularmente as eleições intermediárias, a capacidade de controle social e política, da capacidade estatal e reprodução do *status quo*.

A permanência do conservadorismo político em setores majoritários da população mexicana é o reflexo e a contrapartida da eficácia real destes dispositivos de construção do conformismo. Sem necessidade de fazer tantas contas, é evidente que os 8% dos 46% de votantes obtido por Morena mais as frações percentuais obtidas pelo voto nulo de esquerda dão conta de um oceano de passivo conformismo e ativo conservadorismo. Este oceano não é o produto das circunstâncias e sim uma construção histórica mediana e de longa duração, sob a qual se encontram as profundezas societais do Estado. Isto não impede a persistência de âmbitos de resistência e a emergência de episódios de rebelião, mas inibe sua extensão social, contrai sua duração e reduz seu. Ao mesmo tempo, não é uma maldição e sim um do duro, temporal e espacial, da vida política mexicano, do *priismo eterno* como continuidade histórica da matriz

político-estatal, o PRI como único verdadeiro partido nacional de massas e o *priismo* difuso e onnipresente em todo do espectro de partidos no México.¹⁷

A questão da hegemonia, atirada pela janela pela estratégia de saque no curto prazo, reaparece pela janela dos sedimentos culturais da longa duração. Ao mesmo tempo, a capacidade persuasiva dos argumentos do instrumentalismo consegue centralizar e reconhecer uma tendência de época – de médio prazo – na qual a lógica da dominação nua carcome os âmbitos das práticas residuais hegemônicas, em particular aquelas que não implicam mera dominação ideológica e comportam uma concessão real de reconhecimento e redistribuição material, ainda que sejam corporativas ou clientelistas. Uma tendência de época surgida de equilíbrios de poder entre classes que modificam a equação constitucional e por isso devem adaptar permanentemente a Carta Magna. Fazem já três décadas, que René Zavaleta argumentava, com a lucidez que o caracterizava: “O recrutamento da classe política mexicana, por exemplo, é cada vez mais oligárquico, na mesma medida em que decai o poder hegemônico do Estado” (ZAVALETA, 1990, p.176).

Um indício dessa fratura crescente, pós-hegemônica, entre o Estado mexicano como aparato ao serviço das classes dominantes e a vida e os interesses das classes subalternas é justamente, no oceano de conformismo e passividade, o nascimento episódico de fenômenos massivos de protesto e, em seu seio, o crescimento constante do anarquismo e do autonomismo,¹⁸ como reação “natural” ao fechamento de opções no marco do Estado historicamente existente. Opera então uma equação básica, a um maior instrumentalismo estatal corresponde maior autonomismo das formas e dos horizontes das lutas sociais, diferentemente da América Latina onde a presença de vários governos progressistas gerou uma dupla tendência: por um lado eles demonstram margens de manobra e de autonomia relativa com relação às classes

¹⁷ Difuso e onnipresente tanto pela origem dos dirigentes, como pelas práticas políticas e, como estamos argumentando, também pelo marco general do horizonte relativamente conservador do projeto político que defendem no contexto da estatalidade existente.

¹⁸ Sobre a difusão relativa do anarquismo entre a juventude mexicana existe certo consenso (ILLADES, 2014), o crescimento do autonomismo resulta mais difícil de sentenciar se nos referimos a sua definição estrita, ideológica, neste caso me refiro a um autonomismo em sentido laxo, atribuível àquelas posturas políticas de rejeição às mediações partidárias e tendencialmente às instituições estatais.

dominantes, por outro colocam em evidência os limites dessas mesmas margens.

No México de hoje, perante a persistência e a renovação na alternância dos governos de direita, nem o reformismo “alterestatalista” de Morena, nem as forças antissistema, antagonistas e autonomistas, parecem prosperar. Morena porque, apesar de seus resultados, significativos e relevantes assim como minoritários e testemunhais, tem pelo menos um pé no pântano da estatalidade no México, causa e consequência de um perfil político e ideológico que não deixa de reproduzir padrões do conservadorismo dominante ainda quando, simultaneamente, seja expressão e projete desejos e vontades de transformação e emancipação. As posturas aberta e francamente antagonistas, por sua parte, porque, em sua dispersão, não acumulam a força necessária nem configuram um projeto que lhes permita constituir-se em uma alternativa viável no curto prazo, o prazo das urgências que elas próprias afirmam.

Está correto Luis Hernández Navarro quanto assinala que nas recentes eleições se manifestou uma crise de representação (HERNÁNDEZ NAVARRO, 2015). Acrescentaria que é preciso reconhecer a crise simultânea de participação que a acompanha, a crise dos canais de organização, politização e mobilização que as classes subalternas forjam e defendem como trincheira defensiva para sustentar sua resistência, mas que não estão funcionando de forma adequada, não estão à altura do desafio que coloca a conjuntura em chave antagonista, de ofensiva. Nesse sentido, no México vivemos uma crise da democracia em seu sentido integral, em suas duas vertentes fundamentais, de representação e de participação. Salvo que a crise de representação parece ser estrutural e irreversível, enquanto que a de participação poderia ser conjuntural e reversível, sob os bons auspícios vitalidade e da intensidade das mobilizações massivas de 2012 e 2014, as quais ainda esporádica e inorganicamente deram testemunho de um fermento e de uma capacidade de convocação.

Perante uma situação parecida, a crise de representação do *porfiriato*, a solução ensaiada pelas subalternas mexicanas foi a de uma revolução social, quer dizer, uma explosão da participação na qual as classes subalternas tentaram governar seu próprio destino, conseguindo-o apenas parcialmente, incidindo no curso da história e abrindo uma época de mudanças. Perante a crise atual, enquanto impulsionamos, sustentamos e defendemos os espaços de

contra-poder, estamos buscando uma alternativa à barbárie, uma barbárie que nos rodeia e não tem apenas o rosto do narcotráfico, como também o mais antigo capitalismo e também a cara bifronte do Estado.

Referências bibliográficas

- CLARKE, S. (org.). *The State debate*. Londres: Palgrave Macmillan, 1991.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, L. 7 de junio: crisis de representación. *La Jornada*, 9 jun. 2015.
- ILLADES, C. El retorno del anarquismo: violencia y protesta pública en el México actual, *Sociología Histórica*, n. 4, 2014.
- Luna, F. Subalternidad, antagonismo y autonomía en dos momentos de la izquierda nacional-popular en México. Análisis de marcos de los documentos básicos del PRD (1990) y Morena (2014). In.: MODONESI, M. (coord.). *Movimientos subalternos, antagonistas y autónomos en México y América Latina*. México: CLACSO y FCPyS-UNAM, 2015.
- MODONESI, M. *La crisis histórica de la izquierda socialista mexicana*. México: Juan Pablos, 2003.
- _____. *Subalternidad, antagonismo, autonomía: marxismos y subjetivación política*. Buenos Aires: Prometeo-CLACSO-Universidad de Buenos Aires, 2010.
- _____. La lucha del Sindicato Mexicano de Electricistas. *OSAL* n. 27, abr. 2010.
- _____. *et al.* México 2000-2009: una década de resistencia popular”. In: *Una década en movimiento: luchas populares en América Latina (2000-2009)*. Buenos Aires: Prometeo-CLACSO-UBA, 2011.
- _____. Balance de la conflictualidad en México en 2010. *OSAL*, n. 29, 2011.
- _____. México: el crepúsculo del PRD. *Nueva Sociedad*, n. 234, jun.-ago. 2011.
- _____. México 2011: violencia y resistencia. *OSAL*, n. 31, mai. 2012.
- _____. De la generación zapatista al #YoSoy132. Identidades y culturas políticas juveniles en México. *OSAL*, n. 33, mai. 2013.
- _____. (org.). *Horizontes gramscianos: estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci*. México: FCPyS-UNAM, 2013.
- Modonesi, M.; Estrello, L. El #YoSoy132 y las elecciones en México. Instantáneas de una imposición anunciada y del movimiento que la desafía. *OSAL*, n. 32, nov. 2012.

- Pineda, E. De la señora sociedad civil a la otra campaña: antagonismo y emancipación en la multitud urbana zapatista. In.: MODONESI, M. (org.). *Movimientos subalternos, antagonistas y autónomos en México y América Latina*. México: CLACSO y FCPyS-UNAM2015.
- Thwaites REY, M. (org.). *Estado y marxismo: un siglo y medio de debate*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- VVAA. Dossier: ¿Adonde van las izquierdas mexicanas? *Memoria*, n. 253, fev. 2015.
- VVAA. Dossier: Elecciones, dilemas y alternativas. *Memoria*, n. 254, mai. 2015a.
- Zavaleta, R. *El Estado en América Latina*. La Paz: Los Amigos del Libro, 1990.